

Presidente

Secretário

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2011, NO SALÃO NOBRE DO MUNICÍPIO
DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Francisco Manuel Lopes e os senhores vereadores António Pinto Carreira, Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira, Jorge Guedes Osório Augusto, Manuel José Carmo Coutinho.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências dos senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, por motivos profissionais, e Margarida José César Osório Silva Duarte, por se encontrar em representação da Câmara Municipal.

SECRETARIOU

Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

ABERTURA (COD 02)

O senhor presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião às 9 horas e 30 minutos e deu de imediato início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 86º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

ASSUNTO: EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (20)

Presidente

Secretário

Marina Castro Sepúlveda do Valle Teixeira referiu-se a uma iniciativa conjunta entre o Instituto Português da Juventude, o Programa Nacional de Marcha e Corrida, e o Centro Municipal de Marcha e Corrida de Lamego que, no dia 29 de Maio, realizaram um evento comemorativo do Ano Internacional da Juventude, que visou marcar a mensagem de adopção de Estilos de Vida Saudáveis pelos jovens, nomeadamente ao nível da prática desportiva. As actividades decorreram na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, a partir das 9:00, com o envolvimento de diversas associações desportivas e escuteiros que ajudaram na organização de mini-torneios de futebol de rua, voleibol e andebol e peddy-paper, aula de aeróbica, para além de rastreios de saúde. Este evento culminou com uma Caminhada onde participou a ex-atleta olímpica Albertina Dias.

Destacou que, para o êxito deste evento, o Pingo Doce aliou-se como patrocinador das águas e 3 enfermeiras deram o seu contributo como voluntárias.

Referiu-se ainda, à I Gala do Sporting Clube de Lamego onde se homenageou jogadores, técnicos e elementos da direcção e onde se salientou a subida deste clube para a 3ª Divisão.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: ACTA DA REUNIÃO DE 17.05.2011 (COD 03)

Presente à reunião para deliberação a acta da reunião de Câmara do dia 17 de Maio de 2011, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

02-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: ANTÓNIO REBELO DA SILVA MOURA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 248/01/11 do senhor vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face à informação n.º 396//DMSU, de 20 de Maio de 2011, e nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo

Presidente

Secretário

94º do RDADAR, seja instaurado processo de contra-ordenação contra o senhor António Rebelo da Silva Moura, por modificação da posição do contador de água.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

03-ASSUNTO: GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE LAMEGO, O MUNICIPIO DE SANTARÉM, A JUNTA DE FREGUESIA DE PERNES, A JUNTA DE FREGUESIA DA SÉ, O GRUPO DADORES DE SANGUE DE PERNES E A ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE LAMEGO (**COD 14**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 262/08/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada de uma carta da Associação Dadores Benévolos de Sangue de Lamego, na qual manifesta intenção de estabelecer uma geminação com as entidades em epígrafe, com o objectivo de assinar um protocolo de modo a cimentar as relações entre estas entidades referidas. Assim, propõe que seja aprovada a referida geminação.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, estabelecer a referida geminação, caso o Município de Santarém manifeste interesse.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

04-ASSUNTO: ESPAÇO EUROPE DIRECT (**COD 14**)

Presidente da Câmara Municipal de Lamego deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor de uma carta datada de 13 de Maio de 2011, emanada do Senhor Dr. João Paulo Batalha Machado, em representação da Escola Profissional do Rodo, Peso da Régua, na qual informa que passou no Espaço Europe Direct, tendo ficado estupefacto com o serviço de qualidade que encontrou naquele espaço.

Deu os parabéns ao senhor Presidente da Câmara e afirmou ainda, na mesma carta, que agora vai percebendo para onde vai algum dinheiro do Município, pois como deputado municipal não conhecia aquele espaço equipado com tecnologia de ponta.

Por fim, realça a simpatia e disponibilidade com que foi recebido pelo funcionário Rui Pereira que, dignificou muito o Município de Lamego.

Presidente

Secretário

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

05-ASSUNTO: INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE CONTRA-ORDENAÇÃO (COD 17)

ARGUIDO: JOSÉ GONÇALVES DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 249/17/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara segundo a qual, face ao teor do auto de notícia n.º CO 89/11.NPA.LMG, datado de 20.03.2011, remetido pela GNR – Guarda Nacional Republicana, o senhor José Gonçalves da Silva realizava uma queimada, sem obedecer aos condicionalismos impostos pelo n.º 2 e n 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, constituindo contra-ordenação prevista na alínea o) do n.º 2 do artigo 38º do referido diploma legal.

Assim, propõe que seja instaurado o respectivo procedimento contra-ordenacional a José Gonçalves da Silva.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL (COD 17)

REQUERENTE: JOSÉ JOÃO CORREIA RIBEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º. 260/17/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que, face ao teor da informação n.º. 209/PA/MCA, de 17 de Setembro de 2010, em que dá conhecimento que o senhor José João Correia Ribeiro endereçou um requerimento, no sentido de ser ressarcido do valor dos danos que foram causados no seu veículo de marca Mercedes, com a matrícula 54-GG-56, por um sinistro que adveio da existência de um buraco existente no meio da Rua Sobral Cid.

Mais informa que a queixa do requerente foi encaminhada para a seguradora da Câmara Municipal, que sobre o pretexto de o acidente ter decorrido da falta de

Presidente

Secretário

manutenção da via, informa que o sinistro não se enquadra no âmbito de cobertura da apólice, pelo que não assume o pagamento da indemnização.

Informa ainda, que o perito aponta que os danos eventualmente resultantes do sinistro, foram orçados em € 166,12+IVA, valor inferior à franquia contratual, e não no valor que o requerente exige, que ascende a € 2.059,49.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara que aprecie o pedido de indemnização.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, indemnizar o requerente na quantia de €166,12 + IVA.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

07-ASSUNTO: APROVAÇÃO DO PLANO DE TRANSPORTE ESCOLAR (COD 20)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 264/20/11 do senhor Presidente da Câmara para que, nos termos do disposto no Decreto – Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro, a Câmara Municipal de Lamego delibere, ao abrigo da alínea m) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/88 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, aprovar a proposta do Plano de Transporte Escolar, para o ano lectivo 2011/2012.

Mais propõe que se delibere as seguintes situações:

1. Isenção do pagamento do passe escolar aos alunos do ensino secundário com escalão 1 do abono de família.

2. Transporte de outras pessoas nos circuitos especiais: de acordo com o artigo 16º do Decreto-Lei 299/84, de 5 de Setembro, nos circuitos especiais poderão ser transportados professores ou outros funcionários do estabelecimento de ensino, sem prejuízo da prioridade de transporte dos respectivos alunos. Poderá também ser autorizado pelo IMTT, sob proposta da Câmara Municipal, o transporte de outras pessoas, desde que haja lugares disponíveis e não existam transportes colectivos no percurso.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

08-ASSUNTO: REDUÇÃO DO VALOR DE RENDA DE HABITAÇÃO (COD 31)

Presidente

Secretário

REQUERENTE: JOÃO CARDOSO PINTO**LOCAL:** URB. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO BLOCO B – LOTE 33 R/C TRASEIRAS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 253/31/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 197/PAT/MA, a qual refere que o senhor João Cardoso Pinto, arrendatário do r/c traseiras, do Bloco B – Lote 33, sita na Urbanização da Quinta de Santo António, requereu a redução do valor pago a título de renda de habitação, uma vez que viu o seu rendimento mensal reduzido, por motivo de falecimento da sua esposa.

Assim, e de acordo com o n.º 3 do artigo 8.º, do DL n.º 166/93, de 7 de Maio, a renda pode ser reajustada, a todo o tempo, sempre que se verifique alteração do rendimento mensal do agregado familiar, resultante de morte, invalidez permanente e absoluta ou desemprego de um dos seus membros.

Dado que o requerente aufere, neste momento, a título de pensão e de complemento, o valor de € 224, 58, resultante da aplicação da fórmula prevista no DL n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro, que a renda deverá ser corrigida para o valor de € 11,27.

Face ao exposto, propõe a alteração da renda para € 11,27 (onze euros e vinte e sete cêntimos).

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a redução da renda para € 11,27 (onze euros e vinte e sete cêntimos)

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

09-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO (ALVARÁ DE LOTEAMENTO 5/96) (COD 39)

REQUERENTE: MANUEL PEREIRA DA CRUZ**LOCAL:** LUGAR DA FRANZIA - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 261/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que foi aprovado, por unanimidade, na reunião do Executivo de 22/02/2011, proceder à alteração do alvará de loteamento n.º 5/96, em conformidade e nos termos do disposto no art.º 48º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12.

Presidente

Secretário

A alteração pretendida destina-se a uso habitacional e incide sobre duas parcelas – com a área de 2.265m², cedidas, gratuitamente, à Câmara para implantação de equipamento de utilização colectiva integradas no domínio público municipal, com a emissão do alvará n.º 5/96 de 09/07/1996, esta área corresponde a 1.498m² para equipamento e 767m² para implantação da fossa colectiva.

Tal alteração fundamenta-se no seguinte:

- No que concerne à parcela com 767 m², como referido na alínea a) do n.º 7 da Informação n.º 529, de 31.01.2011, a fossa séptica já foi desactivada com a ligação ao colector público, pelo que o fim para o qual havia sido cedida, já não se mantém;

- Relativamente à parcela com 1.498 m², como mencionado nas alíneas b) e d) do n.º 7 da mesma Informação, uma vez que, atenta a planta de ordenamento do PUL, se encontra classificada como área consolidada do solo urbano, com predominância habitacional, essa alteração quanto ao fim a que se destina, não acarreta qualquer violação do PUL.

Assim sendo, e de acordo com o conteúdo da informação n.º 1452 de 05.04.2011, propõe à Exma. Câmara que delibere corroborar a fundamentação exposta, bem como determinar, aos competentes serviços municipais, a definição em projecto – peças escritas e desenhadas – as respectivas condicionantes (área dos lotes, área dos polígonos de implantação, n.º de pisos, ...).

A deliberação que vier a ser tomada, deverá ser precedida de audiência prévia do titular do alvará e demais interessados, que dispõem do prazo de 30 dias para se pronunciarem, querendo.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Foi igualmente aprovada, por unanimidade, proceder à de audiência prévia do titular do alvará e demais interessados, que dispõem do prazo de 30 dias para se pronunciarem, querendo.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

10-ASSUNTO: ACEITAÇÃO DA HIPOTECA DO LOTE 3, PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR EXECUÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA OPERAÇÃO

Presidente

Secretário

DE LOTEAMENTO, SITA NA QUINTA DE SANTO ANTÓNIO – RATIFICAÇÃO DE
DESPACHO (COD 39)

REQUERENTE: MANUEL DO CARMO CARVALHO

LOCAL: QUINTA DE SANTO ANTÓNIO - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 263/39/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, por deliberação da Câmara Municipal de Lamego, realizada em reunião no dia 17.05.2011, foi deliberado aceitar a hipoteca dos lotes 5 e 6 da operação de loteamento sita na Quinta de Santo António – 2.ª fase, como garantia para assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização.

Efectuada a avaliação destes lotes, constatou-se que o seu valor (€ 78.718, 46) não cobre o valor total da garantia das infra-estruturas desta operação de loteamento (€ 98.556,99).

Assim face ao exposto e atento ao teor da informação n.º 207/DFP-DUDE, de 24.05.2011, e face ao pedido deduzido pelo requerente, propõe a ratificação do seu despacho, datado de 25.05.2011, no qual aceitou a hipoteca do lote 3, juntamente com a hipoteca dos lotes 5 e 6, para garantia da boa e regular execução das obras de urbanização da operação de loteamento em apreço.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a hipoteca do lote 3, juntamente com a hipoteca dos lotes 5 e 6, para garantia da boa e regular execução das obras de urbanização da operação de loteamento em apreço, fixando, assim, o valor da proposta no montante de €117.983,18 (cento e dezassete mil, novecentos e oitenta e três euros e dezoito cêntimos), devendo, para o efeito, ser realizada a competente escritura de hipoteca.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

11-ASSUNTO: QUEIXA DE UMA CASA EM RUINA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO
DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: ANA MARGARIDA MELO BORGES

PROPRIETÁRIOS: JOSÉ AUGUSTO DINIS CUNHA MARADO, MARIA
JOSÉ DINIS CUNHA E LUIS MANUEL DINIS CUNHA

LOCAL: LUGAR DO EIRÔ – S. GEÃO – PENAJÓIA

Presidente

Secretário

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 254/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao auto de vistoria n.º 26, de 28 de Abril de 2011, e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 14 de Março, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado Auto de Vistoria, nomeadamente notificar os proprietários a, no prazo de 30 dias, proceder à remoção total do entulho existente e à demolição das paredes, após o que devem proceder à vedação do local.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar os proprietários a, no prazo de 30 dias, proceder à remoção total do entulho existente e à demolição das paredes, após o que devem proceder à vedação do local.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

12-ASSUNTO: QUEIXA DE MUROS EM RUINA – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA (COD 42)

REQUERENTE: JUNTA DE FREGUESIA DE BRITIANDE

PROPRIETÁRIOS: LUIS PINTO & FILHOS, S.A.

LOCAL: LUGAR DAS FOGUEIRAS/BAIRRAL - BRITIANDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 255/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara para que, face ao auto de vistoria n.º 26/11 de 06 de Maio de 2011, e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 89º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 14 de Março, seja homologado o auto de vistoria referenciado em epígrafe e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VI – Conclusão, do citado Auto de Vistoria.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

13-ASSUNTO: RECONSTRUÇÃO DO INTERIOR E SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO (COD 42)

REQUERENTE: LUCILINA MARIA DIOGO BENTO E OUTROS

LOCAL: LUGAR DE SÃO LÁZARO – SÉ

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 256/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, segundo a qual, face ao teor da informação n.º 1759/DUDE, de 02 de Maio de 2011, bem como do parecer do Chefe da DUDE, de 25/02/2011, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo desta decisão dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

14-ASSUNTO: INSTALAÇÃO DE UMA LOJA DE CONVENIÊNCIA (COD 42)

REQUERENTE: MIGUEL JOSE DA CONCEIÇÃO GOMES SAAVEDRA

LOCAL: AV. DR. ALFREDO DE SOUSA - SÉ

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 257/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação da DUDE, de 10.05.2011, propondo que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do acto de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo desta decisão dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberado: A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos, voltando a uma próxima reunião.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

15-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA SERRALHARIA – INTERESSE MUNICIPAL (COD 42)

REQUERENTE: JOSÉ DIOGO DA SILVA FERREIRA

LOCAL: LUGAR DA CARVALHADA – FERREIROS DE AVÕES

Presente a proposta de deliberação n.º 258/42/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, a qual refere que face ao teor da informação n.º 1646/DUDE de 19 de Abril de 2011, o requerente solicitou a concessão de incentivos ao abrigo do Regulamento de Incentivo à Fixação, Reconversão e Modernização Económica

Presidente

Secretário

do Concelho de Lamego, que se traduz na redução de taxas de 5.823.87 € para 2.139,27 €, tendo por fundamento a criação de postos de trabalho.

Nos termos do artigo 4º do referido Regulamento, o deferimento da pretensão carece de classificação da actividade como de interesse municipal, pelo que propõe à Exma. Câmara que delibere se classifica de interesse municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho, com a consequente redução de taxas.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, classificar de interesse Municipal a operação urbanística, nos termos e para os efeitos do Regime de Incentivo à Modernização Económica do Concelho, com a consequente redução de taxas de 5.823.87€ para 2.139,27 €.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

16-ASSUNTO: LISTAGEM MENSAL DAS DESPESAS AUTORIZADAS NO MÊS DE ABRIL DE 2011 **(COD 45)**

O senhor Vice-Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da listagem das despesas autorizadas no mês de Abril de 2011, nos termos do n.º 6 do artigo 39º, do Regulamento do Sistema de Controlo Interno.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

17-ASSUNTO: CARTA ENVIADA PELA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LAMEGO SOBRE A SOLENIDADES DA SEMANA SANTA **(COD 54)**

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, deu conhecimento ao executivo do conteúdo do ofício n.º 179, emanado da Santa Casa de Misericórdia de Lamego, datado de 05 de Maio de 2011, a agradecer a excelente colaboração e apoio levado a cabo nas Solenidades da Semana Santa, por parte da Câmara Municipal de Lamego, facto que muito contribuiu para o esplendor e prestígio de uma tradição religiosa cumprida anualmente na Semana Santa, ao cuidado e da responsabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Lamego.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) (COD 59)

REQUERENTE: FORSAÚDE – CENTRO DE FORMAÇÃO E SAUDE UNIPESSOAL, LDA.

Presente proposta de deliberação nº. 259/59/07 do senhor Vice-Presidente da Câmara segundo a qual, nos termos do disposto no artigo 10º, nº. 3 do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), propõe à Exma. Câmara Municipal que delibere emitir parecer desfavorável à concessão de isenção de pagamento do referido imposto, dado que não se encontram preenchidos os requisitos para a solicitada isenção.

Deliberado: A Câmara Municipal, deliberou, por maioria, deferir a pretensão formulada, com a abstenção do senhor Vereador António Pinto Carreira.

O senhor Presidente da Câmara fez a seguinte declaração de voto: “Votei a favor, porque é um projecto dinamizador para o tecido empresarial do Município de Lamego, enquadrado na actividade Agro-industrial, sendo este projecto de interesse concelhio.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

19-ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA (COD 61)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 250/61/11 do senhor Presidente da Câmara Municipal, na qual refere que os nomes das freguesias, localidades, lugares de morada e outros, reflectem e deverão continuar a reflectir os sentimentos e as personalidades das pessoas e memorizam valores, factos, figuras de relevo, épocas, usos e costumes, pelo que, a sua escolha, atribuição e alteração dos topónimos deverão rodear-se de particular cuidado e pautar-se por critérios de rigor, coerência e isenção.

Mais refere que, as designações toponímicas devem ser estáveis e pouco sensíveis às simples modificações de conjuntura, não devendo ser influenciada por critérios

Presidente

Secretário

subjectivos ou factores de circunstância, embora possam reflectir alterações sociais importantes.

Nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 64.º, da Lei 169/99, de 19 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete ao Presidente da Câmara estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações.

Considerando, porém, que esta função requer uma avaliação aprofundada sobre as figuras que merecem ou justificam a distinção de perpetuar desta forma o seu nome, propõe que seja aprovada a criação da Comissão Municipal de Toponímia, a fim de efectuar os estudos prévios, constituída pelos seguintes elementos:

- Senhor Presidente da Câmara Municipal;
- Senhor Vereador dos Serviços Urbanos;
- Senhor Dr. Abel Florido;
- Senhor António Augusto dos Santos;
- Senhor Professor Adriano Guerra;
- Monsenhor José Guedes.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

20-ASSUNTO: ATRIBUIÇÃO DE NOME AO TROÇO DA VIA, DESDE O CAMINHO DAS LEIRAS ATÉ AO ACESSO DA VARIANTE, NO LUGAR DAS CASCALHEIRA NA FREGUESIA DE VALDIGEM (**COD 61**)

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego deu conhecimento ao executivo, no uso das competências conferidas pela alínea v) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que lhe foram delegadas pela Câmara na reunião realizada no dia 3 de Novembro de 2009, da proposta do executivo da Junta de Freguesia de Valdigem e do despacho em que decidiu atribuir ao troço da via, desde o Caminho das leiras até ao acesso da Variante, no Lugar da Cascalheira, o nome de Avenida da Escola.

Deliberado: A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

21-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA FREGUESIA DE FERREIRIM (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 251/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 382/DMSU, de 17 de Maio de 2011, seja colocada sinalização de trânsito na freguesia de Ferreirim.

A sinalização referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

22-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA FREGUESIA DE MAGUEIJA (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 252/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos, para que, face ao teor da informação n.º 382/DMSU, de 17 de Maio de 2011, seja colocada sinalização de trânsito na freguesia de Magueija.

A sinalização referida está regulamentada pelo Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01.10, alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08)

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

23-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA SUBMISSÃO AO PROGRAMA DE APOIO AO QREN PELO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTOS À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CANDIDATURAS FINANCIADAS (COD 27)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 270/27/11 do senhor Presidente da Câmara, a qual informa o executivo que, no seguimento da proposta de deliberação n.º 242/27/11, de 17 de Maio de 2011, houve a necessidade de se

Presidente

Secretário

proceder a ajustamentos em termos de valor relativo à elegibilidade / percentagem de comparticipação comunitária de alguns projectos, bem como a inclusão do Centro de Acolhimento de Artistas – Douro Alliance, e que pertence à Candidatura aprovada “Regeneração Urbana”.

Assim, propõe à Ex.ma Câmara, a autorização para submissão à modalidade de financiamento plasmada na citada proposta de deliberação n.º 242/27/11, até ao montante de € 8.878.922,96, de modo a que o Município de Lamego continue a aproveitar os financiamentos e investimentos disponíveis para obras de referência e aprovados no âmbito do QREN.

Mais propõe, que este assunto seja submetido a deliberação do órgão deliberativo para aprovação da autorização, uma vez que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara, “aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos”, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a alteração e ajustamentos efectuados, aprovando a contratação de um empréstimo até ao montante de € 8.878.922,96 (oito milhões oitocentos e setenta e oito mil, novecentos e vinte e dois euros e noventa e seis cêntimos).

Mais foi deliberado, igualmente, por unanimidade, submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

24-ASSUNTO:E-MAIL ENVIADO PELA CONFRARIA GASTRONÓMICA DE LAMEGO E DA SUA CHANCELARIA (COD 08)

Presidente

Secretário

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento à Exma. Câmara Municipal do teor do e-mail, emanado da Confraria gastronómica de Lamego e da sua Chancelaria, datado de 24 de Maio de 2011, a agradecer as ofertas e colaboração, que o Município de Lamego disponibilizou para o evento realizado nos passados dias 14 e 15 de Maio de 2011, na 1.ª Montra da Cereja da Penajóia, em Lamego destacando que, sem a ajuda do Município de Lamego, não teria sido possível alcançar o êxito e brilhantismo que aquele evento alcançou.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

APÓS A ORDEM DO DIA

Reconhecida a urgência da deliberação imediata dos seguintes assuntos, a Câmara Municipal, no uso da prerrogativa conferida pelo artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou, por unanimidade, apreciá-los.

25-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DE LAMEGO

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 265/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 405/DMSU, de 23 de Maio de 2011, seja autorizado a rectificação da factura n.º 31792/Março/2011, no valor de 11,114, 20€ €, equivalente a 3225 m3, e da factura n.º 45017/Abril/2011, no valor de 9985,55 €, equivalente a 2897m3, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a ser de 2.459,16€ e 2.213,64€ respectivamente.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

Presidente

Secretário

26-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: ÁLVARO ANTÓNIO FRADE**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 266/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 401/DMSU, de 24 de Maio de 2011, seja autorizado a rectificação da factura n.º 3678/Março/2011, no valor de 38,75€, equivalente a 25m³, da factura n.º 49608/Abril/2011, no valor de 145,79€, equivalente a 91m³, e da factura de Maio/2011 a emitir no final do mês, no valor de 29,15€, equivalente 20m³, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), passando os valores corrigidos a ser de 18,72€, 46,71€ e 42,05€, respectivamente

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

27-ASSUNTO: PEDIDO DE CORRECÇÃO DE FACTURAS DA ÁGUA (COD 01)**REQUERENTE: ROSA CANDIDA GONÇALINHO P. GOMES**

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 267/01/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da informação n.º 403/DMSU, de 23 de Maio de 2011, seja autorizado a rectificação da factura n.º 46070/Abril/2011, no valor de 812,35€, equivalente a 502m³, nos termos do n.º 5 do artigo 35º do RDADAR, tendo por base a tarifa de fugas prevista no preçário anexo ao Regulamento Tarifário da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I, Capítulo XI da Tabela Geral de Taxas e Licenças), cujo processamento de 502m³, nos termos supra referidos, resultará no montante de 219,94€.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

Presidente

Secretário

28-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 9.º CONVÍVIO DE CICLOTURISTAS – - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)**REQUERENTE:** GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE CEPÕES

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 268/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, na qual solicita que, face ao conteúdo da informação n.º 406/DMSU, de 24 de Maio de 2011, seja ratificado o seu despacho datado de 26.05.2011, que autorizou a realização do 9º Convívio de Cicloturistas, organizado pelo Grupo Desportivo de Cepões, no passado dia 29 de Maio de 2011, nos termos do artigo 8º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

29-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 1.º GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DA CEREJA E 1.ª CAMINHADA DO MELRO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 20)**REQUERENTE:** CLUBE DESPORTIVO DA PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 269/20/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, na qual solicita que, face ao conteúdo da informação n.º 411/DMSU, de 27 de Maio de 2011, seja ratificado o seu despacho datado de 26.05.2011, que autorizou a realização do 1.º Grande prémio de Atletismo da Cereja e 1.ª caminhada do Melro, organizado pelo Clube Desportivo da Penajóia, no passado dia 29 de Maio de 2011, nos termos do artigo 8º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

30-ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA FREGUESIA DE PENUDE (COD 62)

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 271/62/11 do senhor Vereador da Protecção Civil, do Ambiente e Serviços Urbanos para que, face ao teor da

Presidente

Secretário

informação n.º 412/DMSU, de 26 de Maio de 2011, seja colocada sinalização de trânsito na Freguesia de Penude.

A sinalização referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22-A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar n.º 41/2002 de 20.08).

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

31-ASSUNTO:RECTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO DE 2011.03.22, 2011.01.25 E 2010.06.29, REFERENTES AO VALOR ATRIBUÍDO À PARCELA DE TERRENO N.º 14, E AOS PROPRIETÁRIOS DA PARCELA N.º 17, DA EMPREITADA DA ESTRADA DE LIGAÇÃO DO CM 1168, DE VÁRZEA DA SERRA AO NÓ DA A24 EM BIGORNE (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 272/47/11 do senhor Vice-Presidente da Câmara, na qual conclui que, por motivo de alteração do valor da avaliação efectuada pelo perito avaliador, à parcela de terreno n.º 14, devido à alteração do enquadramento em termos do PDM e da identificação de todos herdeiros (conhecidos e desconhecidos) de Maria Duarte e de José Dias, proprietários da parcela de terreno n.º 17, sendo ambas as parcelas necessárias para a construção da Estrada de Ligação do CM 1168, de Várzea da Serra ao Nó da A24 em Bigorne, há necessidade de rectificar as descrições de ambas as parcelas, constantes nas deliberações das reuniões da Câmara Municipal de Lamego, realizadas em 2011.03.22, de 2011.01.25 e de 2010.06.29, passando a ter a redacção na referida proposta de deliberação:

Assim, de acordo com o artigo 10.º, n.º 1, alínea c) do Código de expropriações, o encargo total com a expropriação referentes às trinta e duas parcelas é de 23.678,40€, está cabimentado no Plano Plurianual deste Município, projecto 2007/12, cabimento n.º 2650/2009, o valor de 21.688,49€, no cabimento n.º 1230/2010, o valor de 1.182,91€, e no cabimento n.º 952/2011, o valor de restante de 816,00€.

Face ao exposto, propõe à Exma. Câmara a aprovação da rectificação desta proposta.

Presidente

Secretário

Deliberado: Rectificadas por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

32-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO ALVARÁ N.º 6/097 (COD 39)

REQUERENTE: ETI-EMPREENDEMENTOS TURISTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A

LOCAL DA OBRA: QUINTA DA VISTA ALEGRE - SÉ

Presente proposta de deliberação n.º 273/39/10 do senhor vereador do Urbanismo a qual informa, que a Sociedade ETI – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, na qualidade de titular do alvará do loteamento n.º 6, de 09.10.1997, requereu uma alteração no que concerne ao destino do lote n.º 7, de arrumos/comércio, para comércio/serviços.

Esta alteração pretendida, não implica qualquer variação do número de lotes, nem se traduz em qualquer variação das respectivas áreas de implantação ou de construção, pelo que, nos termos do disposto no n.º 8 artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, não terá a mesma de ser precedida de consulta público, mas apenas aprovada por simples deliberação de Câmara, pelo que propõe que a Exma. Câmara ratifique o seu despacho datado de 27.05.2011, no qual aprovou a alteração ao loteamento referido em epígrafe.

Deliberado: Ratificado, por unanimidade, o despacho datado de 27.05.2011, no qual aprovou a alteração ao loteamento.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

33-ASSUNTO: TOMADA DE CONHECIMENTO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DA OBRA DE RECONSTRUÇÃO DA CASA DOS BORDALOS PARA CENTRO DE DESIGN E ESTUDOS DE PRATA (COD 41)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo que, em face do teor da informação n.º 25, de 26.05.11, emanada da Divisão de Obras Municipais, através do seu despacho, datado de 26.05.2011, aprovou as peças concursais e autorizou a abertura de concurso público para a empreitada em epígrafe.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

34-ASSUNTO: TOMADA DE CONHECIMENTO DA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DA OBRA RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DENOMINADO “PADARIA DO CANTINHO” PARA SEDE DOS ESCOTEIROS (COD 41)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo, que face ao teor da informação n.º 137, de 26.05.11, emanada da Divisão de Obras Municipais, através do seu despacho, datado de 26.05.2011, aprovou as peças concursais e autorizou a abertura de concurso público para a empreitada em epígrafe.

Deliberado: O executivo tomou conhecimento.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

35-ASSUNTO: ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MEDIA TENSÃO E BAIXA TENSÃO ESPECIAL/ APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS (COD 47)

Presente proposta de deliberação n.º 274/47/10 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que no uso da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal de Lamego, em sua reunião datada de 3 de Novembro de 2009, para autorização de despesas, no âmbito da realização de despesas públicas com a aquisição de bens até ao valor de 748.196,85€ e de acordo com o conteúdo da Informação n.º 215/DFP MG, datada de Maio ultimo, propõe, no que refere à proposta de abertura de concurso público com publicação no JOUE com vista ao “Fornecimento de energia para instalações alimentadas em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) no âmbito do sistema eléctrico não vinculado”, que a Ex.ª Câmara Municipal de Lamego autorize a submissão deste assunto à Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação da repartição de encargos, conforme quadro seguinte, nos termos do n.º 1, n.º 3 e do n.º 6 do artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 8 de Junho:

Presidente

Secretário

Instalação MT/BTE	Valor Global (36 meses)	2012	2013	2014
Subtotal Lotes 1 e 2	361.017,81 €	120.339,27 €	120.339,27 €	120.339,27 €
IVA Taxa em vigor (6%)	21.661,07 €	7.220,36 €	7.220,36 €	7.220,36 €
TOTAL	382.678,88 €	127.559,63 €	127.559,63 €	127.559,63 €

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Mais foi, deliberado, igualmente por unanimidade, submeter este assunto à aprovação da Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos do cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

36-ASSUNTO: CIDÁLIA DO CARMO TEIXEIRA (COD 42)

REQUERENTE: OBRAS DE RECUPERAÇÃO COM PRESERVAÇÃO DE FACHADAS

LOCAL DA OBRA: PRAÇA DO COMÉRCIO N.56 A 60 - ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 275/42/11 do senhor Presidente da Câmara, que tem por fundamento a informação n.º 241/DAC/11, na qual é referido que, ao abrigo da deliberação camarária de 15/06/2010, foi atribuído à requerente o benefício da redução de 50% do valor das taxas de construção. Pretende a requerente, nesta fase, que tal benefício lhe seja aplicado também na redução das taxas devidas pela emissão de autorização de utilização.

Assim, face ao exposto, propõe que a Câmara delibere reduzir em 50% as taxas urbanísticas pela emissão da autorização, cujo valor é de 784.30€

Deliberado: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, reduzir as taxas urbanísticas pela emissão da autorização em 50%.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

37-ASSUNTO: ERROS E OMISSÕES – CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO (COD 41)

Presidente

Secretário

Presente à reunião proposta de deliberação n.º 278/41/11 do senhor Presidente da Câmara, relativa à obra de construção do Centro Escolar de Lamego, na qual, nos termos do art.º 29, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art.º 36, do n.º 1, do mesmo diploma legal, propõe à Exma. Câmara que sejam aceites e aprovados erros de medição dos trabalhos indicados na informação n.º 55/DOM, de 01.03.2011, no valor global de € 251.688,30 (duzentos e cinquenta e um mil seiscientos e oitenta e oito euros e trinta cêntimos), que tiveram por fundamento as informações da fiscalização, n.ºs 371/DOM, de 08.11.2001, e 395/DOM, de 24.11.2010.

Mais propõe, que se proceda ao cabimento da verba, agora em causa, para elaboração do respectivo auto de medição de trabalhos, fazendo constar esse facto do relatório final da obra, conforme dispõe o n.º 5 do artigo 376.º, do Código de Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Deliberado: Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar os erros e omissões referidos na proposta e mandar cabimentar a verba, agora em causa, para elaboração do auto de medição, fazendo constar esse facto do relatório final da obra, conforme o n.º 5 do artigo 376.º do CCP.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que seja elaborado o respectivo contrato escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Margarida José César Osório Silva Duarte e Jorge Guedes Osório Augusto.

38-ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO ALVARÁ N.º 6/97- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (COD 39)

REQUERENTE: ETI – EMPREENDIMENTOS TURISTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A

LOCAL: QUINTA DA VISTA ALEGRE - SÉ

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 273/42/11 do senhor Vereador do Urbanismo, em que informa que a Sociedade ETI – Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A, na qualidade de titular do alvará de loteamento n.º 6 de 09.10.1997, veio requerer uma alteração no que concerne ao destino do lote n.º 7, de arrumos/comércio para comércios e serviços.

Presidente

Secretário

Mais informa, que a alteração pretendida não implica qualquer variação do número de lotes, nem se traduz em qualquer variação das respectivas áreas de implantação ou de construção, pelo que, nos termos no n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Novembro, não terá a mesma de ser precedida de consulta pública, mas apenas aprovada por simples deliberação de Câmara.

Face ao exposto, propõe à Ex.ma. Câmara que ratifique o seu despacho de 27.05.2011, no qual aprovou a alteração ao loteamento.

Deliberado: Ratificada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

39-ASSUNTO: AUMENTO DO CAPITAL DA REGIEFRUTAS – COOPERATIVA AGRICOLA DE INTERESSE PÚBLICO TÁVORA – VAROSA CIPRL (**COD 52-A**)

Presente proposta de deliberação n.º 276/52-A/10 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que seja aprovado um novo aumento de participação de capital da referida Cooperativa, em que a Autarquia de Lamego irá subscrever mais 50.000€ (cinquenta mil euros).

Mais propõe que, nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, este assunto seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.

Deliberado: Aprovada por unanimidade.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro e Margarida José César Osório Silva Duarte.

40-ASSUNTO: REPOSIÇÃO DO EQUILIBRIO FINANCEIRO – CENTRO ESCOLAR DE LAMEGO (**COD 41**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 277/41/11 do senhor Presidente da Câmara, referente à reposição do equilíbrio financeiro da obra de Construção do Centro Escolar de Lamego, nos termos do art.º 29, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art.º 36, do n.º 1, propondo à Exma. Câmara que, face às informações n.ºs 88 e 134 da DOM de 31.04.2011, respectivamente, seja aceite e aprovado, conforme dispõe artigo 354.º do Código de Contratação Pública,

Presidente

Secretário

o plano que conduz à referida reposição do Equilíbrio Financeiro da empresa adjudicatária.

Mais propõe que se proceda ao cabimento da verba, agora em causa, no valor de 273.404.09€ + IVA.

Deliberado: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de Equilíbrio Financeiro da referida obra, no valor de 273.404.09€ + IVA.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, que seja elaborado o respectivo contrato escrito, nos termos do artigo 94.º do CCP.

Ausentes os senhores vereadores Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro, Margarida José César Osório Silva Duarte e Jorge Guedes Osório Augusto

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 84º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim;
2. Luís Gonçalves, Sé;
3. Serafim Paulo Mateus Lobão;
4. João Diogo Silva Leal, Sé;
5. D. Filomena Teixeira Porfírio, Lalim
6. Amândio do Carmo da Fonseca, em representação da APITIL;
7. João Manuel Ferreira, da Sé;
8. Dimas da Piedade Francisco.

1-Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Lalim** para chamar a atenção da Câmara Municipal para a situação em que se encontra o povo do Outeiro da freguesia de Lalim, pois as pessoas não têm água em casa, não têm água na rua já que a água do fontanário se encontra imprópria para consumo.

Referiu-se, ainda, ao estado lastimável em que se encontra a estrada que vai de Ribelas até ao cemitério, no comprimento de 100 metros.

Presidente

Secretário

Informou que existe uma estrada no Lugar do Picoto, nas traseiras de Ribelas, também em mau estado. Que a Junta de Freguesia fez uma pequena intervenção, mas sugere que se devia fazer uma intervenção mais profunda.

Referiu-se, também, ao saneamento no Lugar da Veiga, informando que a parte principal da ETAR já devia estar a funcionar, mas não funciona. Os esgotos estão a dois palmos de sair para a estrada, isto porque, ainda não foi desbloqueado o assunto de expropriação de um terreno.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu-se de seguida às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim. Em relação à falta de água no Lugar do Outeiro, é na verdade, um problema que entristece este executivo e tem que ser resolvido. Que deviam existir fundos comunitários para resolver problemas desta natureza ou as Águas de Trás-os-Montes cumprirem o conjunto de investimentos acordados no projecto de transferência das baixas. Se não houver alternativa a Câmara terá que fazer a obra, é uma obra imperativa e o executivo irá fazê-la, trazendo a água de Melcões. Entretanto, solicitou ao senhor vereador Manuel José do Carmo Coutinho que apresentasse uma solução para minorar aquela situação.

2- O senhor **Luís Gonçalves**, em representação do Condomínio do Edifício da Cerca de Santa Cruz, fez a sua intervenção, referindo-se à cedência do espaço do logradouro existente em frente à caixa Geral de Depósitos, que deveria ser utilizado para fins exclusivos dos condóminos. Pretendem, portanto, ornamentar aquele espaço, retirando-o ao domínio público, por se tratar de um espaço privado, conforme documentação (escritura de compra e venda) existente.

Em resposta, o **senhor Presidente da Câmara** referiu que o espaço em causa não deveria ter sido licenciado como espaço privado. Que reconhece o direito dos condóminos mas considera que se trata de um erro urbanístico, entre outras razões dada a existência, no local, de estabelecimentos comerciais. Os condóminos até podem vir a vedar o referido espaço, mas têm que criar situações alternativas. Do mesmo modo, há que acautelar o estacionamento de veículos. Sugeriu abrir um acesso pela parte de trás do edifício que permita também o estacionamento na parte traseira.

3- O senhor **Serafim Paulo Mateus Lobão**, que possui um armazém na parte traseira do edifício, reafirmou que não concorda com o estacionamento na parte

Presidente

Secretário

traseira, por essa alternativa colidir com os seus interesses profissionais. Reafirmou que os condóminos compraram os respectivos prédios urbanos com estacionamento.

4- Seguidamente, usou da palavra o senhor **João Diogo Silva Leal**, referindo-se novamente ao assunto do Bar da Associação Cultural e Recreativa do Bairro da Ponte. Afirmou que o Bar se encontra em funcionamento, continuando a fazer concorrência desleal com o café propriedade da sua mãe Alzira de Jesus Diogo. Reafirmou que o processo voltou ao senhor Vereador António Pinto Carreira, mas mesmo assim, não se resolve. Apelou para que a Câmara resolva este assunto de uma vez por todas, ou seja, mande encerrar o referido bar, dado que o mesmo não possui alvará de licença de funcionamento.

O senhor **Presidente da Câmara** solicitou ao senhor Vereador António Pinto Carreira, para pedir aos serviços que informem, com todo o rigor este processo, que, quando houvesse uma resposta, imediatamente avisaria o senhor João Diogo Silva Leal.

5- Usou da palavra a senhora **D. Filomena Teixeira Porfírio** para se referir, também, ao estado lastimável em que se encontra a estrada que vai de Ribelas até ao cemitério, já que foi ela que pagou o trabalho da máquina para dar um jeito naquele caminho. Pediu ao executivo que lhe fizessem os muros e pavimentasse o caminho, de apenas 500 metros.

O senhor Vereador **Manuel José do Carmo Coutinho** respondeu à D. Filomena Teixeira Porfírio, não ser fácil construir um muro com 500 metros de comprimento e 1,5 metros de altura, pois trata-se uma obra muito cara. A Câmara, neste momento, não tem disponibilidades financeiras para a fazer.

Quanto a este assunto o senhor **Presidente da Câmara** afirmou que iria tentar fazer uma nova candidatura, já que uma primeira não tinha sido aprovada.

6- De seguida, interveio o senhor **Amândio do Carmo da Fonseca**, na qualidade de Presidente da APITIL, que começou por manifestar que não vinha reclamar nada, mas apenas tentar sensibilizar o executivo para aquilo que considera ser uma pressão grande que a a instituição tem vindo a ser alvo no pagamento da “água”. Afirmou que, no que se refere à “luz”, a APITIL já procedeu à respectiva requisição dos contadores. Argumentou, ainda, que a Instituição a que preside tem vindo a sofrer diminuições nas verbas de que dispõe em vez das actualizações a que se

Presidente

Secretário

sente com direito, para além de que a instituição está a passar por uma grave crise financeira, tendo levado, inclusivamente, ao despedimento de alguns funcionários. Deste modo, propõe que, nesta fase, o executivo deixe correr o tempo sobre as duas requisições de contadores de água, protelando o momento da sua efectivação, pelo menos até ao fim do ano. Cortar a água seria extremamente penoso para os utentes da instituição, colocando-a numa situação extremamente difícil, pelo que apela ao senhor Presidente da Câmara que tenha em conta o papel que a instituição desempenha juntos dos mais desfavorecidos e dos idosos,

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara**, começou por exaltar o mérito do trabalho desenvolvido pela APITIL, no Município de Lamego, junto dos mais carenciados e dos idosos. Mas que não quer discriminar as outras instituições, que desempenham papel semelhante, em relação à APITIL. É que existe a ideia na cidade que a APITIL é favorecida pela Câmara Municipal, através da atribuição de subsídios, e cedências de instalações, etc.

Ora, não é verdade que haja tratamento privilegiado da Câmara Municipal com a APITIL, e muito menos através da atribuição subsídios, tendo disso feito a devida divulgação.

Reafirma o senhor Presidente da Câmara que o princípio regulamentar vigente é o de que todos têm que pagar a água que consomem.

Assim, sugeriu ao senhor Amândio do Carmo da Fonseca, que a APITIL fizesse um requerimento ao executivo, a pedir a isenção do pagamento de água até Setembro do corrente ano, para que o mesmo possa ser analisado, pois não esta na disposição de protelar tal situação, por mais tempo.

7- Interveio, de seguida, o senhor **João Manuel Ferreira** para solicitar ao executivo que lhe conceda um “Stand” na Av. Dr. Alfredo de Sousa, durante o período das Festas dos Remédios, destinado à venda de alguns produtos regionais, desta região.

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara** para informar o senhor João Manuel Ferreira, que a Câmara iria diligenciar que lhe possa vir a ser concedido um pequeno espaço, para que ele possa montar uma banca.

8. Finalmente, usou da palavra o senhor **Dimas da Piedade Francisco**, tendo referido que já escreveu várias cartas sobre diversos assuntos que lhe dizem

Presidente

Secretário

respeito, solicitando que os mesmos sejam apreciados e resolvidos, dada a sua antiguidade.

Em resposta, o senhor Presidente da Câmara informou o interveniente que os assuntos ainda não foram decididos por serem de alguma complexidade, estando a ser objecto de tratamento nos serviços competentes, adiantando, no entanto, que foi encontrada, para um deles uma solução jurídica que visa reabrir o processo relativo

Que havia sido prejudicado pela prescrição de prazo. Isto não significa que a decisão final possa vir, ou não, a ser do seu agrado.

39-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberado: Aprovados, por unanimidade, em minuta, para efeitos de cumprimento imediato.

40-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal interrompeu a reunião às 11 horas e 30 minutos, tendo reiniciado 16 horas e encerrada a reunião às 17 horas e 10 minutos, da qual foi lavrada esta acta que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Joaquim dos Santos Mateus.

O Presidente,

O Secretário,